

RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.613 - DF (2018/0308311-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **FABRICIO CARLOS SANTOS ARAUJO**
ADVOGADOS : **MARCIO LIMA DA SILVA - DF030936**
: **JAILTON CONCEIÇÃO FERREIRA - DF031545**
: **PEDRO HENRIQUE DINIZ NASCIMENTO DE SOUZA -**
: **DF045867**
RECORRIDO : **AYLTON LEMOS DE AZEVEDO**
ADVOGADO : **ROBERTO MACIEL SOUKEF FILHO - DF019178**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **FABRICIO CARLOS SANTOS ARAUJO**, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Consta dos autos que o ora recorrido - **AYLTON LEMOS DE AZEVEDO** - foi vencido no processo findo número 2015.01.1.072485, no qual o ora recorrente - **FABRICIO CARLOS SANTOS ARAUJO** - é credor dos honorários sucumbenciais gerados naqueles autos.

De posse do título executivo judicial, o causídico promoveu o cumprimento da sentença condenatória em honorários sucumbenciais. As diligências para a resolução da obrigação restaram frustradas e o exequente peticionou ao juízo da causa que procedesse a penhora da restituição do imposto de renda e do salário do executado.

Desse modo, às fls. 185-187, o Juiz processante deferiu "*o requerimento de bloqueio de até 30% (trinta por cento) da possível restituição de imposto AYLTON LEMOS DE AZEVEDO de renda do executado, [...], limitado ao valor R\$ 138.505,69 total concernente aos honorários advocatícios, qual seja, (cento e trinta e oito mil quinhentos e cinco reais e sessenta e nove centavos)*", bem como determinou que expedissem ofício ao órgão pagador, para o "*bloqueio mensal de 30% (trinta por cento) sobre o salário mensal do Executado, limitado ao valor de R\$ 138.505,69 (cento e trinta e oito mil quinhentos e cinco reais e sessenta e nove centavos)*".

Irresignado, o executado peticionou alegando nulidade do ato judicial de desconto no contracheque. O Juiz indeferiu o pedido. Ainda, inconformado, o sucumbente interpôs recurso de agravo de instrumento, contra tal decisão.

O eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, deu provimento ao agravo para reformar a decisão recorrida e determinar que se abstenha de efetuar descontos no salário do executado, em acórdão assim ementado:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA DE VERBA SALARIAL PARA PAGAMENTO DE HONORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE. ART. 833, IV, DO CPC. IMPENHORABILIDADE DE VERBAS RECEBIDAS POR LIBERALIDADE DE TERCEIROS DESTINADAS AO SUSTENTO DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA. DECISÃO REFORMADA.

1. O art. 833, IV, do CPC dispõe serem absolutamente impenhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal.

2. Embora o § 2º do art. 833 do CPC afaste a impenhorabilidade das verbas descritas no inciso IV, do referido artigo, para o pagamento de prestação alimentícia, os honorários advocatícios não se confundem com prestação alimentícia, que é aquela que decorre de alimentos fixados mês a mês, ou seja, prestação alimentar em sua essência e objetividade e não um crédito de natureza alimentar.

3. Os valores recebidos por liberalidade de terceiros e destinados ao sustento do devedor e de sua família são impenhoráveis, de modo a lhes garantir uma vida digna, com o mínimo essencial.

4. Agravo de instrumento conhecido e provido.

Em suas razões recursais, o recorrente aponta violação dos arts. 85, § 14, 223, 278, 507, 833, § 2º, e 1.000 do Novo Código de Processo Civil, além de divergência jurisprudencial.

Sustenta que o pedido declaratório de nulidade da penhora não poderia ter sido conhecido, em virtude de ter se operado a preclusão quanto à matéria.

Defende a possibilidade da penhora de porcentagem do salário do executado, para satisfazer o crédito derivado de honorários advocatícios sucumbenciais.

Por fim, requer a reforma do acórdão para o restabelecimento dos descontos, no percentual de 30% (trinta por cento), no salário do recorrido.

Nas contrarrazões apresentadas às fls. 362-383, o recorrido defende a impenhorabilidade de sua remuneração aduzindo, em suma, que os descontos em seu

contracheque o leva a bancarrota, em razão das suas questões familiares, de já haver desconto de pensão alimentícia a um filho menor de idade, ainda, por não haver mais margem consignável para empréstimo bancário com desconto em folha e, também, por prejudicar a sobrevivência familiar cerceando 60% do rendimento familiar.

O referido recurso foi admitido na origem. Os autos ascenderam a esta eg. Corte.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal emitiu parecer pelo parcial conhecimento do recurso e, na parte conhecida, no mérito, pelo seu provimento (e-STJ, fls. 397-405).

Não obstante, ainda na pendência de julgamento do recurso, o recorrente junta petição com pedido de tutela provisória, para concessão de efeito suspensivo ao recurso especial, requerendo a suspensão da *"eficácia do acórdão recorrido, determinando o prosseguimento da execução pelo juízo singular e a continuidade da penhora mensal de 30% sobre o salário do recorrido com o consequente depósito em juízo, nos termos da decisão interlocutória proferida pelo juízo da 3ª Vara Cível de Brasília – DF"*. (e-STJ, fls. 407-414)

A seguir, vieram os autos conclusos a este Relator.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, no que atine à alegada preclusão, a Corte de origem consignou expressamente, nos seguintes termos:

O presente recurso impugna decisão do Juízo de origem, a qual indeferiu os pedidos de nulidade do ato judicial de id. 3969819, que deferiu o bloqueio mensal de 30% sobre o salário mensal do agravante/executado, limitado ao valor de R\$ 138.505,69.

O agravado/exequente alega em contrarrazões estar a matéria objeto de análise preclusa, pois foi tratada em decisão anterior (id. 3969819), sem que houvesse sido interposto recurso.

Ao contrário do afirmado, não há se falar em preclusão da matéria, porquanto a decisão agravada indeferiu pedido de nulidade do ato judicial que determinou a penhora de 30% dos salários, gerando nova pretensão ao agravante/executado.

Com isso, é possível ao agravante/executado discutir a validade da decisão que deferiu a penhora e, como consequência, se valer do Agravo de Instrumento para impugnar o indeferimento. (e-STJ, fls. 217-218)

Consoante o trecho acima transcrito, o eg. Tribunal de origem concluiu não ter havido preclusão, posto que *"a decisão agravada indeferiu pedido de nulidade do ato judicial que determinou a penhora de 30% dos salários, gerando nova pretensão ao agravante/executado"*.

Contudo, tal fundamento, autônomo e suficiente à manutenção do v. acórdão recorrido, não foi impugnado nas razões do recurso especial, convocando, na hipótese, a incidência da Súmula 283/STF, segundo a qual *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

No tocante à tese de possibilidade de penhora sobre o salário, para pagamento de verba sucumbencial, melhor sorte assiste ao recorrente.

O eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ao julgar a questão da penhora, fundamentou o acórdão recorrido nos seguintes termos:

"Quanto à penhora de 30% dos salários para pagamento de honorários advocatícios, a decisão merece reforma.

Como exceção à regra da impenhorabilidade das verbas acima, encontra-se a hipótese da penhora para o pagamento de prestação alimentícia, conforme disposição do art. 833, §2º, do Código de Processo Civil.

Assim, o art. 85, § 14, do Código de Processo Civil estabelece que 'os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar (...)'. Assim como no enunciado da Súmula Vinculante 47 em que restou assinalado que os honorários advocatícios têm natureza alimentar.

Todavia, embora parte da jurisprudência desta Corte esteja flexibilizando o dispositivo legal supracitado, admitindo a penhora de proventos desde que limitada a 30% do valor da remuneração, em prol do credor, entendo que a constrição de tal verba só pode ocorrer para o pagamento de alimentos, o que não é o caso dos autos.

Inicialmente, mostra-se necessário ressaltar que o CPC é claro ao tratar a exceção à regra da penhorabilidade como 'prestação alimentícia', isto é, alimentos decorrentes de indenização por ato ilícito ou fundado em direito de família.

A expressão 'natureza alimentar' prevista no art. 85, § 14, do CPC, diferencia-se à constante no § 2º do art. 833 do mesmo normativo, que determina que:

Art. 833. São impenhoráveis:

(...)

§ 2º O disposto nos incisos IV e X do caput não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação

alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais, devendo a constrição observar o disposto no , e no art. 528, § 8º, e no art. 529, § 3º.

Com isso, mostra-se equivocado considerar que os honorários advocatícios estão incluídos no conceito de prestação alimentícia, não cabendo assim a penhora de 30% determinada pelo Juízo de origem". (fl. 218, n.g)

Todavia, a Corte Especial do STJ, no julgamento dos EDcl nos EAREsp 387.601/RS, Rel. **Ministro Benedito Gonçalves**, DJe 4/3/2015, consolidou o entendimento de que os honorários advocatícios são considerados verba alimentar, portanto, prestação alimentar, sendo possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento. A propósito, vejam a ementa do julgado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTÍCIA. PENHORA DE VERBAS REMUNERATÓRIAS. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ARTIGO 649, § 2º, DO CPC. ACÓRDÃO EMBARGADO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 168/STJ. 1. Os embargos de declaração que objetivam exclusivamente o novo exame do mérito da decisão impugnada devem ser recebidos como agravo regimental, em homenagem ao princípio da fungibilidade recursal. Precedentes. 2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que os honorários advocatícios são considerados verba alimentar, sendo possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento. Precedentes: AgRg no REsp 1.397.119/MS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cuevas, Terceira Turma, DJe 14/02/2014; AgRg no AREsp 32.031/SC, Rel. Min. Raul Araújo, Quarta Turma, DJe 03/02/2014; AgRg no AREsp 387.601/RS, Rel. Min. Nancy Andrichi, Terceira Turma, DJe 28/10/2013; REsp 1.365.469/MG, Rel. Min. Nancy Andrichi, Terceira Turma, DJe 26/06/2013; AgRg no REsp 1.206.800/MG, Rel. Min. Sidnei Beneti, Terceira Turma, DJe 28/02/2011. 3. Incidência da Súmula 168 do STJ, segundo a qual "não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado". 4. Agravo regimental não provido. (EDcl nos EAREsp 387.601/RS, Rel. **Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL**, julgado em 26/02/2015, DJe 04/03/2015)

Com efeito, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é no

sentido de que a impenhorabilidade dos vencimentos, soldos e salários (dentre outras verbas destinadas à remuneração do trabalho) é relativa e tem exceções previstas em lei, como é o caso do § 2º do art. 833 do Novo Código de Processo Civil, que admite a penhora para pagamento de prestações alimentícias, qualquer que seja a sua origem.

Registre-se que, diferente do Código anterior (art. 649), o Novo CPC, ao cuidar da matéria (no art. 833), subtraiu do *caput* o termo "absolutamente" que antecedia a referência à impenhorabilidade dos bens e das verbas ali enumeradas. Portanto, já não se pode falar em absoluta impenhorabilidade, mas sim em relativa.

Também não se deve confundir a menção ao gênero "prestação alimentícia", com uma de suas espécies, a "pensão alimentícia", conforme orienta o seguinte precedente:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTAR DO CRÉDITO. PENHORA DE BEM DE FAMÍLIA. EXCEÇÃO À IMPENHORABILIDADE (LEI 8.009/90, ART. 3º). IMPROCEDÊNCIA. DESCABIDA AMPLIAÇÃO DO ALCANCE DA EXCEÇÃO PREVISTA NA LEI. RECURSO PROVIDO.

1. A Lei 8.009/90 estabelece como regra **a impenhorabilidade do bem de família**. O art. 1º é peremptório: "O imóvel residencial próprio do casal ou da entidade familiar é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nessa lei."

2. As ressalvas são somente aquelas dos incisos do art. 3º, o qual, primeiro, reafirma no seu *caput* **a impenhorabilidade do bem de família, excepcionando, no que interessa à hipótese, a possibilidade de satisfação do credor de pensão alimentícia. A exceção não deve ser ampliada.**

3. A exclusão da impenhorabilidade, prevista na lei específica, é a **do credor de pensão alimentícia, a qual, sendo espécie do gênero prestação alimentícia (ou crédito alimentar), é mais restrita do que a situação do credor de qualquer outra prestação alimentícia.**

4. **Toda prestação cuja verba tenha natureza alimentar é prestação alimentícia, mas nem toda prestação alimentícia é pensão alimentícia, embora toda pensão alimentícia seja prestação alimentícia. A lógica é de gênero e espécie. Há diferença.**

5. Recurso especial provido para julgar procedentes os embargos à execução.

(REsp 1361473/DF, Rel. p/ Acórdão **Ministro RAUL ARAÚJO**,

QUARTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 01/08/2017)

Desse modo, tendo os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, natureza alimentar, nos termos do artigo 85, § 14, do CPC/2015, é possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento. Neste sentido, vejamos os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTÍCIA. PENHORA DE VERBAS REMUNERATÓRIAS. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ARTIGO 833, § 2º, DO CPC/2015. 1. A Corte Especial do STJ, no julgamento dos EDcl nos EAREsp 387.601/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, DJe 4/3/2015, consolidou o entendimento de que os honorários advocatícios são considerados verba alimentar, sendo possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento. 2. Com efeito, a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o caráter absoluto da impenhorabilidade dos vencimentos, soldos e salários (dentre outras verbas destinadas à remuneração do trabalho) é excepcionado pelo § 2º do art. 833 do CPC/2015, quando se tratar de penhora para pagamento de prestações alimentícias. Portanto, tendo os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, natureza alimentícia, é possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento. 3. Recurso Especial provido. (REsp 1714505/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 25/05/2018)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. COBRANÇA DE HONORÁRIOS PERICIAIS. CARÁTER ALIMENTAR. SALÁRIO. PENHORA. POSSIBILIDADE. ART. 833, § 2º, DO CPC/2015. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Cinge-se a controvérsia a definir se é possível a penhora de salário para o pagamento de honorários periciais. 3. O termo prestação alimentícia, previsto no art. 833, § 2º, do CPC/2015, não se restringe aos alimentos em sentido estrito, decorrente de vínculo familiar ou conjugal. Precedentes. 4. Os honorários periciais têm natureza alimentar, admitindo-se a penhora sobre percentual do salário para a satisfação do direito do credor. 5. Recurso especial provido. (REsp 1722673/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 05/04/2018)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PENHORA DE 30% SOBRE

CONTA SALÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 649, IV, DO CPC. EXCEÇÃO PARA A PARTE REFERENTE AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA EM RAZÃO DE SUA NATUREZA ALIMENTAR. 1. A jurisprudência desta Corte orienta que, nos termos do artigo 649, IV, do Código de Processo Civil de 1973, são impenhoráveis os valores depositados em conta destinada ao recebimento de vencimentos, salários, ou proventos de aposentadoria do devedor. 2. É possível, entretanto, a penhora de verbas remuneratórias com o objetivo de adimplir crédito relativo a honorários advocatícios, tendo em vista sua natureza alimentar, nos termos do § 2º do art. 649 do Código de Processo Civil. 3. Agravo interno parcialmente provido. (AgInt no AREsp 994.681/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 20/06/2017, REPDJe 24/08/2017, DJe 27/06/2017)

Ainda, não se desconhece que, em relação à possibilidade da penhora de salário, soldo ou remuneração, para quitar créditos alimentares, a jurisprudência desta eg. Corte, também, aceita a incidência da constrição em até 30% (trinta por cento) da verba remuneratória do executado. Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PENHORABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBA ALIMENTAR. PERCENTUAL DE 30%. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. INOVAÇÃO RECURSAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE ATIVA E OFENSA À COISA JULGADA. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Esta Corte Superior firmou o entendimento de que "honorários advocatícios são considerados verba alimentar, sendo possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento" (EDcl nos EAREsp 387.601/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 26/2/2015, DJe de 4/3/2015). 2. Na hipótese, sopesando criteriosamente as circunstâncias do caso concreto, admite-se a penhora dos rendimentos da parte agravante até o montante de 30% (trinta por cento). 3. Segundo entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, é exigível prequestionamento inclusive da matéria de ordem pública, razão pela qual as alegações de ilegitimidade ativa e de ofensa à coisa julgada não podem ser, originariamente, suscitadas perante esta Corte Superior. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no REsp 1644213/RS, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 16/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS

*ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTAR. PENHORA DE VERBA SALARIAL. PERCENTUAL DE 30%. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. Esta Corte Superior adota o posicionamento de que o caráter absoluto da impenhorabilidade dos vencimentos, soldos e salários (dentre outras verbas destinadas à remuneração do trabalho) é excepcionado pelo § 2º do art. 649 do CPC, quando se tratar de penhora para pagamento de prestações alimentícias (AgRg no AREsp 632.356/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado 3/3/2015, DJe 13/13/2015). 2. Os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais têm natureza alimentícia, sendo, assim, possível a penhora de 30% da verba salarial para seu pagamento. Incidência à hipótese da Súmula nº 83 do STJ. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 634032/MG, Rel. **Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA**, julgado em 20/08/2015, DJe 31/08/2015)*

Todavia, este entendimento de limite de penhora de até 30% (trinta por cento) não pode ser aplicado, aleatoriamente, de forma simplista e abstrata, em desprezo para com as circunstâncias concretas do caso em exame.

Desse modo, mostra-se indispensável avaliar concretamente o impacto da penhora sobre a renda do executado, como bem ponderou a em. **Ministra Isabel Gallotti**, no julgamento do **AgRg no AREsp 32031/SC**, de minha Relatoria, pela Quarta Turma, desta Corte, na sessão dia 10/12/2013, DJe 03/02/2014, *in verbis*:

"Quando o § 2º, do art. 649, do CPC, estabelece como exceção à impenhorabilidade do salário a penhora para pagamentos de prestação alimentícia, a meu ver, o que se tem em mente é que a prestação alimentícia, via de regra, é fixada tendo-se em mira também as possibilidades do alimentante. E não se deve privar o alimentado do necessário para seu sustento, mesmo que à custa de penhora do salário do alimentante.

Penso que quando se trata de honorários advocatícios, a despeito de haver sólida jurisprudência deste Tribunal de que constituem verba de natureza alimentar, essa jurisprudência foi formada com base em casos em que se pretendia incluir os honorários de advogado em fila de precatórios alimentares e, portanto, a serem pagos pelo Estado.

Diversamente, quando se pretende penhora de salário para pagamento de honorários de advogado, penso que não se pode perder de mira as circunstâncias do caso concreto. Ao contrário dos alimentos decorrentes do direito de família, os honorários de advogado não são fixados com base nas necessidades do credor e nas possibilidades do devedor dos honorários. Quando se arbitra honorários de advogados, tem-se em mente o trabalho do

advogado na causa, e não se leva em consideração as possibilidades de quem paga os honorários em contraposição às necessidades do credor.

Penso, portanto, que a possibilidade de penhora de vencimentos e salários para satisfazer honorários de advogado deverá levar em conta as circunstâncias do caso concreto, especialmente tomar o cuidado de não privar o titular dos salários de condição da sua própria subsistência." (grifou-se)

Do mesmo modo, a eg. Quarta Turma, ao enfrentar a questão no julgamento do AgInt no Resp 1.732.927/DF, também de minha Relatoria, na sessão do dia 12/02/2019, em acórdão ainda não publicado, decidiu que o julgador, **sopesando criteriosamente as circunstâncias de cada caso concreto, poderá admitir ou não a penhora da verba alimentar, ou limitá-la a percentual razoável, sem agredir a garantia do executado e de seu núcleo essencial**, concluindo, naquele caso, pela autorização de penhora de 10% (dez por cento) sobre os rendimentos líquidos daquele devedor.

Assim, não obstante se reconheça e se homenageie a natureza alimentar do crédito dos honorários advocatícios e a possibilidade de deferimento de penhora do salário do devedor para satisfazer tal crédito, deve-se considerar, com muito critério, na situação específica, a fixação do percentual adequado da constrição a atender ao direito do exequente e não reduzir o executado e sua família à indignidade.

In casu, dadas as peculiaridades, tendo em vista o acórdão recorrido que relata o executado não possuir margem disponível para consignação, aliadas às alegações contidas nas contrarrazões ao recurso especial, no sentido de estar comprometido mais de 60% (sessenta por cento) do rendimento familiar do devedor, entende-se que estamos diante da hipótese de excepcionalidade e ponderação do montante penhorável da remuneração do executado.

Desta maneira, constata-se que a penhora da forma como requerida, vale lembra: em 30% (trinta por cento) do salário do recorrido, mostra-se desproporcional, exorbitante e superlativa aos ganhos do devedor. Caso não seja ponderado o montante da constrição, haverá grave comprometimento da subsistência essencial própria e de sua família. Neste contexto, conclui-se que penhora não pode exceder a 10% (dez por cento) do saldo do recorrido.

Desse modo, considerando a natureza alimentar da verba executada, honorários advocatícios sucumbenciais, a atualizadíssima jurisprudência desta Corte acerca da penhora incidente sobre a remuneração do executado e a possibilidade da limitação em percentual razoável, sem agredir a garantia do devedor e de seu núcleo essencial, mostra-se imperiosa a reforma do aresto impugnado, com a adequação do percentual a ser penhorado.

Com o julgamento deste recurso especial, entende-se que resta prejudicado o pedido de efeito suspensivo ao recurso formulado às fls. 407-414 (e-STJ).

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial, para permitir a penhora de até 10% (dez por cento) do saldo do recorrido. Ainda, julgo prejudicado o pedido de tutela de urgência formulado às fls. 407-414 (e-STJ).

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator